



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8029 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

O Ensino Remoto pela Meta IV: Uma Proposta Pedagógica para o Transtorno do Espectro do Autismo em tempos de Pandemia

Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira - UERJ/FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Edicléa Mascarenhas Fernandes - UERJ/FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Cristina dos Reis E Souza - UERJ/FEBF - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: não

### **O ENSINO REMOTO PELA META IV: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA**

O presente estudo remete a uma análise do acesso à educação durante a pandemia de Covid-19 aos educandos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), com vistas ao Plano Nacional da Educação - PNE (2014-2024 Meta IV uma vez que esta meta abrange a universalização, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

No caso, o TEA, por sua gama de comportamentos, tais como dificuldades nas alterações da rotina e no contato interpessoal, dentre outros, o ensino remoto pode ser coadjuvante para sua aprendizagem. Com o advento da COVID-19 em meados de Março de 2020 no Brasil, a Educação Brasileira tem passado por readaptações, principalmente ao tratar do acesso de milhares de crianças e jovens com deficiência às Tecnologias Assistivas. Como outros diversos setores da sociedade, a educação vem sofrendo impactos decorrentes do isolamento social, realizando assim, atividades que visem a minimização dos efeitos negativos da pandemia ao processo ensino-aprendizagem. Como exemplo de estratégias previstas no PNE (2014-2024) que falam sobre a tecnologia (BRASIL, 2014), é citado o item 4.10, a saber:

“fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Ao analisar como as adaptações realizadas durante a pandemia, estão se constituindo, no intuito de garantir o processo educativo às crianças e jovens com TEA, no âmbito da Educação Especial Inclusiva, constatou-se como os impactos negativos puderam afetar determinada parcela dos alunos, devido às condições socioeconômicas precárias. Há que evidenciar a Meta IV, partindo do princípio no qual seus desdobramentos englobam o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Especializado, levando em conta que o ensino remoto surgiu sem um planejamento adequado, reforçando a desigualdade em seu acesso, além do questionamento sobre a qualidade do ensino destinado aos alunos autistas.

Para tal, utilizou-se pesquisa de campo, mesmo de modo remoto, com uma análise sobre as políticas públicas no âmbito educacional, a proposta de uma educação de qualidade a partir de detalhamentos, recursos, implementações, ou seja, toda uma estruturação sistêmica para a aplicação dessas políticas. Conforme supracitado, o PNE é a política pública mais abrangente, respaldado no art. 214 da Constituição Federal vigente, buscando articular o sistema educacional, definindo metas, diretrizes, estratégias e objetivos para o desenvolvimento da educação em todos os níveis (FERREIRA, NOGUEIRA, 2015). Essas políticas não devem ser vistas como favores assistencialistas, e sim como direitos adquiridos, inclusos tanto na legislação quanto imbuídos no senso comum (PEREIRA, 2011).

O Ensino Remoto Emergencial, implantado às pressas e sem a consideração das múltiplas realidades brasileiras ou das reais condições de efetivação, revelou o quanto os projetos e/ou as políticas educacionais precisam ser melhor planejadas e implantadas baseadas nos indicadores sociais, seja de nível nacional ou dos microcontextos escolares, a fim de evitar o aprofundamento das desigualdades já existentes no país (CUNHA et. al 2020).

A pesquisa foi realizada em modo virtual, com os professores de uma Unidade de Ensino no Município de Duque de Caxias, localizada no 3º Distrito, no início desta pandemia, visto que havia agendado presencialmente antes do isolamento social. Em conversa com os docentes selecionados, eles me narraram sobre as atividades que estão desenvolvendo para os educandos com TEA, mesmo diante das limitações da região em que moram.

Pelo fato da escola não estar isolada da realidade, diante dessa questão delicada referente à pandemia do Coronavírus, ela vem se empenhando para minimizar as dificuldades dos alunos, apesar de muitos entraves nestes tempos, principalmente na Educação Especial, uma vez que a necessidade de renovar e ampliar as perspectivas em prol dos discentes com deficiência se faz presente. A escassez na produção de materiais que possibilitem o estudo dentro de casa, a falta de adaptação destas atividades para as crianças, compõem outros aspectos agravantes na atual situação educacional brasileira.

O processo de inclusão, vivenciado nas escolas regulares – escolas que se vêem diante da questão da heterogeneidade e da diversidade, agora também frente a uma pandemia, vem proporcionando trocas de conhecimentos e habilidades, assim como valores importantes no reconhecimento de nossas diferenças, para que juntos possamos valorizá-las e respeitá-las, contribuindo de alguma forma, para a construção social e histórica da realidade.

Com relação às tarefas e exercícios que favoreçam a criatividade e a expressão, estas surgem bem dinamizadas, através de tecnologias assistivas que despertam o interesse dos educandos a construir novas alternativas, os professores estão se reinventando por meio de atividades no intuito de auxiliar os discentes com TEA, a partir da criação de grupos de estudos com os alunos das turmas regulares nas quais estão inseridos.

**PALAVRAS - CHAVE:** Ensino Remoto, TEA, Pandemia, Meta IV, Tecnologias Assistivas

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 343, de 17 de março de 2020**. Diário Oficial da União, edição 53, seção 1, 18 de março de 2020, p. 39. 2020b. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CARDOSO, Cristiane Alves; ALVES, Valdivina Alves; BARBOSA, Fabiana Carla Gomes . **Revista Com Censo #22** • volume 7 • número 3 • agosto 2020. p. 38-46. Distrito Federal.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia**: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: <<http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>>. Acesso em: 12 set. 2020.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros (2016). **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação**. @rquivo Brasileiro De Educação, 3(5), 102-129. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2020.

PEREIRA, Franklin José. **Educação Esportiva Municipal**: Construções de Políticas Públicas Desportivas Inclusivas e Sustentáveis no Município de Duque de Caxias – RJ. 2011. Tese de Doutorado. Universidad Del Norte. Assunción, Paraguai (2011).